

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.754.235 - RJ (2018/0178375-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE** : DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL -  
DNPM  
**RECORRIDO** : MAURICIO DA ROCHA DONATO  
**ADVOGADO** : LÉLIA MARIA MIRANDA VICTÓRIO - ES017335

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. DNPM. EXECUÇÃO FISCAL. TAXA ANUAL POR HECTARE (TAH). PRAZO PRESCRICIONAL. TERMO INICIAL. DECRETO 20.910/1932. DECISÃO NO MESMO SENTIDO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, com fundamento no artigo 105, III, "a", da CF, contra acórdão proferido pela 7ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, assim ementado (fls. 96-107, e-STJ):

EXECUÇÃO FISCAL. TAXA ANUAL POR HECTARE. DNPM. PRESCRIÇÃO VENCIMENTO. TERMO INICIAL. OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. AUTONOMIA. DEVER DE CUMPRIMENTO.

1. Trata-se de execução fiscal de créditos inscritos em 11.08.2011, referentes à cobrança de Taxa Anual por Hectare - TAH e multa pelo descumprimento de obrigação legal, cujos vencimentos datam de 31.01.2006, 10.12.2008 e 20.10.2006.

2. Entendeu o Juízo a quo que o débito constante na CDA, relativamente à cobrança de Taxa Anual por Hectare, se encontra prescrito, tendo em vista que da data de vencimento do crédito fiscal à data de inscrição em dívida ativa, decorreram mais de 5 (cinco) anos.

3. Dada a natureza de preço público, afasta-se também a regra insita no Direito Civil. Trata-se de receita patrimonial originária, sendo, portanto, notória a relação de Direito Administrativo envolvida. Logo, o lustro prescricional aplicável é o quinquenal, por força do disposto no Decreto n.º 20.910/32 e art. 1º-A da Lei 9.873/1999.

4. A inscrição do crédito e o ajuizamento da execução da quantia devida descrita na CDA ocorreram posteriormente ao decurso do prazo prescricional, estando, portanto, prescrita a sua pretensa exigibilidade.

5. No que tange aos créditos descritos na CDA referentes à cobrança de multa por descumprimento de obrigação legal (pagamento da TAH, entrega do relatório circunstanciado dos estudos realizados na área pesquisada), importa esclarecer que, diferentemente do que alegou o executado, tais débitos (pagamento de multa), ainda que tenham como origem o inadimplemento de obrigação imposta por lei, constituem créditos fiscais distintos, com número de inscrição específico e data de constituição diversa.

6. A prescrição da TAH não atinge a obrigatoriedade do pagamento da multa pelo seu inadimplemento. Remanescem, dessa forma, as obrigações impostas na CDA concernentes ao pagamento da penalidade.

7. Apelações conhecidas e desprovidas.

Opostos os embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 125-133, e-STJ).

O recorrente em suas razões alega violação dos artigos 20, inciso II, do Código de Mineração; 47 da Lei n. 9.636/1998, nas redações posteriores dadas, sucessivamente, pela Medida Provisória n. 1.787/1998, convertida na Lei n. 9.821/1999; e Medida Provisória n. 1522003, convertida na Lei n. 10.852/2004. Para tanto, argumenta, em síntese, que não foi observado que a data de 31/01/2006, constante da CDA como vencimento da TAH, não é o termo *a quo* do prazo prescricional, pois não corresponde ao lançamento, como entendeu o acórdão recorrido, sendo, na verdade, a data do vencimento da TAH corresponde ao termo *a quo* para a constituição do crédito e que o "prazo prescricional não pode ser contado a partir da data do vencimento da TAH, mas somente a partir da constituição definitiva do mesmo" (fls. 138, e-STJ).

Ao final, requer o provimento do recurso, para reformar o acórdão recorrido e dado prosseguimento à execução fiscal, pois não está configurada a prescrição do débito não tributário.

Contrarrazões oferecidas às fls. 146-159, e-STJ.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 164-165, e-STJ.

É o relatório. Passo a decidir.

Cuida-se, na origem, de sentença que julgou parcialmente procedentes os embargos à execução opostos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), pronunciando a prescrição da execução relativamente à cobrança do crédito consubstanciado na CDA nº 20.049172.2011.

O acórdão recorrido manteve inalterada a sentença recorrida e rejeitou os argumentos do ora recorrente aos seguintes fundamentos (fl. 102, e-STJ):

[...]

O termo inicial do prazo prescricional para pagamento da Taxa Anual por Hectare deve ser contado da data do vencimento da dívida sem o devido pagamento. Assim, relativamente ao crédito descrito na CDA de fls. 04/06 (autos da execução fiscal), na data da sua inscrição em dívida ativa, em 11.08.2011, este já se encontrava prescrito, isto é, entre a data do vencimento e a data em que fora inscrito transcorreu o lapso prescricional de 5 (cinco) anos.

A inscrição do crédito e o ajuizamento da execução da quantia devida descrita na CDA nº 20.049172.2011 ocorreram posteriormente ao decurso do prazo prescricional, estando, portanto, prescrita a sua pretensa exigibilidade.

[...]

Ocorre que a jurisprudência desta Corte Superior não diverge do entendimento desenvolvido pela Corte de origem, no sentido de que, diante da natureza de preço público da TAH, e em prestígio ao *decisum* proferido pelo Pretório Excelso nos autos da ADI 2586, a referida taxa sujeita-se à prescrição quinquenal prevista no Decreto 20.910/1932. Incidência da Súmula 83/STJ.

A propósito, confira:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL NA ORIGEM. DNPM. COBRANÇA DA TAXA ANUAL POR HECTARE (TAH). PREÇO PÚBLICO. PRAZO PRESCRICIONAL QUINQUENAL ESTABELECIDO PELO DECRETO 20.910/1932. NORMAS FEDERAIS SUPOSTAMENTE VIOLADAS NÃO INDICADAS. SÚMULA 284/STF. ACÓRDÃO ATACADO EM HARMONIA COM O POSICIONAMENTO SÓLIDO DO STJ. SÚMULA 83/STJ. REVISÃO DO HISTÓRICO PROCESSUAL PARA

RATIFICAR A OCORRÊNCIA CONCRETA DA PRESCRIÇÃO. VEDAÇÃO PELA SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

1. O Apelo Nobre não merece conhecimento.
2. O recorrente não apontou com clareza e coerência quais normas federais teriam sido ofendidas.
3. O STJ entende ser inviável o Recurso Especial que não especifica com exatidão a norma violada, nem que aponta adequadamente os fundamentos da infringência ao texto legal. Incide, na espécie, por analogia, a regra contida na Súmula 284/STF.
4. Ainda que fosse superado tal óbice, a irresignação não mereceria prosperar, porquanto verifica-se que esta Corte, diante do entendimento firmado pelo STF na ADI 2586, pacificou o posicionamento de que a TAH (Taxa Anual por Hectare) tem natureza de preço público, estando sujeita à prescrição quinquenal, prevista no Decreto 20.910/32. Incidiria, logo, a Súmula 83/STJ.
5. Outrossim, revisar o histórico da marcha processual diferentemente do que se fincou no acórdão combativo para ratificar a ocorrência ou não da prescrição é tarefa que demanda revolvimento probatório, vedada pela Súmula 7/STJ.
6. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1776379/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 19/12/2018)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DNPM. COBRANÇA DA TAXA ANUAL POR HECTARE. PRESCRIÇÃO. SUPOSTA OFENSA AO ART. 47, I E II, DA LEI 9.636/1998, COM A REDAÇÃO DADA PELO ART. 1º DA LEI 10.852/2004. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SUMULAS 282 E 356/STF. DÍVIDA NÃO TRIBUTÁRIA. PRAZO QUINQUENAL. DECRETO 20.910/1932. SÚMULA 83/STJ.

1. Não se pode conhecer da insurgência contra a ofensa ao art. 47, I e II, da Lei 9.636/1998, com a redação dada pelo art. 1º da Lei 10.852/2004, pois o referido dispositivo legal não foi analisado pela instância de origem.
2. Ressalte-se que não houve sequer interposição de Embargos de Declaração, o que seria indispensável para análise de possível omissão no julgado.
3. Assim, perquirir, nesta via estreita, a ofensa da referida norma, sem que se tenha explicitado a tese jurídica no juízo a quo é frustrar a exigência constitucional do prequestionamento, pressuposto inafastável que objetiva evitar a supressão de instância. Ao ensejo, confira-se o teor da Súmula 282 do STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada".
4. No mesmo sentido, os enunciados sumulares 211 do STJ e 356 do STF. Assente no STJ o entendimento de que é condição sine qua non para que se conheça do Especial que tenham sido ventilados, no contexto do acórdão objurgado, os dispositivos legais indicados como malferidos.
5. Ainda que fosse superado tal óbice, a irresignação não mereceria prosperar porquanto verifica-se que o STJ, diante do entendimento firmado pelo STF na ADI 2586, pacificou o posicionamento de que a TAH (Taxa Anual por Hectare) tem natureza de preço público, estando, portanto, sujeita à prescrição quinquenal, prevista no Decreto 20.910/32.
6. Dessume-se que o acórdão recorrido está em sintonia com o atual entendimento deste Tribunal Superior, razão pela qual não merece prosperar a irresignação. Incide, in casu, o princípio estabelecido na

Súmula 83/STJ: "Não se conhece do Recurso Especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida." 7. Cumpre ressaltar que a referida orientação é aplicável também aos recursos interpostos pela alínea "a" do art. 105, III, da Constituição Federal de 1988. Nesse sentido: REsp 1.186.889/DF, Segunda Turma, Relator Ministro Castro Meira, DJe de 2.6.2010.

8. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1691012/MG, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 11/10/2017)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL PARA COBRANÇA DE RECEITA NÃO-TRIBUTÁRIA (PATRIMONIAL) DA UNIÃO. COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS (CFEM). PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. DECRETO 20.910/1932. INAPLICABILIDADE DO CÓDIGO CIVIL. PRECEDENTES SOB O RITO DO ART. 543-C DO CPC. AGRAVO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (DNPM) DESPROVIDO.

1. Embora denominada taxa, a TAH (taxa anual por hectare) é preço público, cuja execução submete-se ao prazo prescricional de cinco anos, conforme previsto no Decreto 20.910/32. 2. Agravo Regimental do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) a que se nega provimento.

2. Agravo Regimental do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 332766/PR, Primeira Turma, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 05/09/2014)

No mesmo sentido: EDcl no AREsp 36.318/PA, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 9/3/2012; AgRg no REsp 1.326.913/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 4/2/2013.

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso especial, com fulcro no art. 932, IV, do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES  
Relator